

A percepção de egressos sobre as transformações curriculares ocorridas no curso de graduação em enfermagem

Lopes, Marcia Maria Ribera; Martins Real, Giselle Cristina; Bagnato, Maria Helena Salgado

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Lopes, M. M. R., Martins Real, G. C., & Bagnato, M. H. S. (2012). A percepção de egressos sobre as transformações curriculares ocorridas no curso de graduação em enfermagem. *ETD - Educação Temática Digital*, 14(2), 275-289.
<https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-358592>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier:
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC Licence (Attribution-NonCommercial). For more Information see:
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>



A PERCEPÇÃO DE EGRESSOS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES CURRICULARES OCORRIDAS NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

THE PERCEPTION OF THE EGRESSES ABOUT THE CURRICULAR CHANGES OCCURRED DURING THE NURSING COURSE

Márcia Maria Ribera Lopes Spessoto¹
Giselle Cristina Martins Real²
Maria Helena Salgado Bagnato³

Resumo

Este trabalho objetiva analisar a percepção dos egressos do curso de Enfermagem sobre as modificações curriculares ocorridas na graduação em Enfermagem a partir da década de 1990. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou o levantamento bibliográfico, a análise documental e a pesquisa de campo por meio de questionários e de grupo focal, tendo como suporte a análise de conteúdo. Participaram os egressos da graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, formados entre 2004 e 2009, sendo três turmas formadas sob a legislação curricular de 1994 e três turmas sob as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Enfermagem, de 2001. Nos resultados, os egressos destacaram sua participação na construção do atual Projeto político-pedagógico do curso, além de ressaltarem pontos como a integralidade e o estágio curricular supervisionado. Acredita-se que estudos e discussões sobre a proposta curricular devam continuar, incluindo todos os atores do processo. Inferiu-se que a matriz curricular do curso vem atendendo às orientações curriculares atuais, articulando-se estreitamente com a formação de enfermeiros aptos às demandas da política de saúde. Espera-se contribuir para as políticas educacionais, suscitando reflexões e debates a respeito do tema.

Palavras-chave: Educação superior. Enfermagem. Egressos.

Abstract

This work has the objective to analyze the perception of the egresses of nursing about the curricular changes of nursing graduation since 1990. It is deal with a qualitative search, which used a bibliographic survey, a documental analysis of content and the field research by questionnaire and the focal group, has been the support the analysis of the content. The egresses of the Universidade Estadual of Mato Grosso do Sul, graduated between 2004 and 2009, being three groups graduated under the curricular legislation from 1994, and three groups under the National Curricular Policies for the graduation course of nursing from 2001. In the results, the egresses distinguished their participation in doing the present Political Pedagogical Project of the course, besides to point out as the integrality and the curricular probation oversee. We believe this studies and discussions being to continue, including all of the authors of the process. Inferred that the curricular matrix of the course have been attempting the present curricular orientations, managing with nurses graduation able to the health policy. Hoping to contribute to the educational policies to suscitare reflections and debates about the the object.

Keywords: Higher Level. Nursing. Egresses.

¹ Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Curso de Enfermagem. E-mail: marciam@uems.br – Dourados, MS, Brasil.

² Professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados. Atua na Graduação e na Pós-Graduação *stricto sensu*. E-mail: gisellereal@ufgd.edu.br – Dourados, MS, Brasil.

³ Professora Doutora da Universidade Estadual de Campinas. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Práticas de Educação e Saúde (PRAESA). E-mail: mbagnato@unicamp.br – Campinas, SP, Brasil.

Recebido em: 06/07/2011 / **Aprovado em:** 21/05/2012.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as mudanças vivenciadas pelos Estados-nação foram observadas em diversos setores, entre eles o da educação superior. Nessa perspectiva, transformações nas formas e nas relações de trabalho também ocorreram, repercutindo no processo de formação profissional e no campo do currículo. No Brasil, as áreas de educação e de saúde passaram por modificações, com propostas oficiais de alterações curriculares nos cursos de graduação, inclusive em Enfermagem, espaço privilegiado neste trabalho.

A legislação curricular de 1994 para a graduação em Enfermagem, embora buscase uma maior aproximação com o Sistema Único de Saúde (SUS), ainda apresentava uma formação direcionada para ações curativas, sob um modelo biomédico. Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Enfermagem, de 2001, propõem uma formação centrada na perspectiva preventiva, mais próxima das diretrizes do SUS. Paralelamente a isso, o SUS investe na reorganização do modelo assistencial no País, necessitando, para tais ações, de profissionais aptos a essa nova demanda do serviço.

Perante esse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a percepção dos egressos de Enfermagem sobre as modificações curriculares ocorridas na graduação em Enfermagem a partir da década de 1990, tomando como referência um curso específico, de forma a viabilizar análises qualitativas.

Acredita-se que os egressos sejam importantes atores no contexto político-educacional, contribuindo para a análise do processo de elaboração e implementação das propostas pedagógicas que subsidiam a formação do profissional enfermeiro, trazendo informações relevantes para o movimento de elaboração e reelaboração da política pública de educação superior articulada com a política de saúde.

Para o trabalho empírico, tomou-se o curso de enfermagem da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, considerando a viabilidade concedida institucionalmente para o acesso aos dados e para os contatos formais com egressos.

Em que pese a limitação do objeto de abrangência da pesquisa, o trabalho busca contribuir com os estudos de caráter longitudinal, uma vez que abarca análises do movimento de construção das diretrizes curriculares nacionais no período de 1990 a 2001, em que foram formalizadas as diretrizes hoje vigentes.

Para contextualização, este texto está dividido em quatro seções. A primeira versa sobre as mudanças no mundo do trabalho e sua influência para a educação superior. A segunda seção apresenta as orientações curriculares para os cursos de graduação em Enfermagem nos anos de 1994 e 2001. O terceiro item aponta a percepção dos egressos sobre as consequentes transformações curriculares, decorrentes das influências políticas na área educacional do enfermeiro. E, por fim, são tecidas as considerações finais.

MOVIMENTOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO E A NECESSIDADE DE UM “NOVO” PROFISSIONAL

Delineando-se o movimento das políticas externas, observa-se que fatores como a globalização, a mudança dos papéis dos Estados-nação, entre outras influências de tendência neoliberal, direcionaram o setor da educação para uma postura propulsora no desenvolvimento dos países (ROBERTSON, 2009). A autora aponta como a União Europeia vem desenhando seu ensino superior pelo Processo de Bolonha, que representa um profundo investimento nesse setor, remodelando-o para torná-lo suficientemente forte e competitivo, dando-lhe destaque internacional, a ponto de influenciar outros lugares no mundo.

O mundo do trabalho também sofreu modificações nas relações, no ritmo e no tempo de dedicação, mediante as mudanças engendradas, necessitando que novas organizações também fossem articuladas no nível de formação. Deitos (2008) demonstra como essas mudanças trouxeram a necessidade de um profissional polivalente, ou seja, mais competitivo dentro da perspectiva de um mundo globalizado.

Organismos internacionais, como a Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), também apontam para a formação de um profissional que seja capaz de unir habilidades a uma “combinação de aptidões” (CATANI; OLIVEIRA, 2000).

Por sua vez, o Relatório Dellors (1996) destaca que a educação deveria direcionar-se para a transmissão de conhecimentos que capacitem o indivíduo sobre os saberes e o saber-fazer evolutivos, sendo estes os alicerces para as novas competências.

A Conferência Mundial sobre o Ensino Superior de 1998, realizada em Paris, destacou a necessidade de os Estados comprometerem-se com a educação superior por meio da garantia de políticas públicas. Ressaltou, também, a importância do estreitamento das relações das Instituições de Educação Superior (IES) com o mundo do trabalho para a formação de novos profissionais, priorizando uma formação centrada na prática, com ênfase

nas competências gerais e na flexibilidade; buscando a formação de um profissional inovador, criativo, apto ao trabalho em equipe, empreendedor, responsável, comunicativo, desejoso de aprender ao longo da vida (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR – CEMES, 1999).

Decorridos dez anos, ocorreu, também em Paris, a II Conferência Mundial sobre Ensino Superior, que reforçou a expansão do acesso e o incentivo à formação sob uma perspectiva interdisciplinar, além do estabelecimento das parcerias público-privadas (CEMES, 2009).

Os resultados advindos das Conferências indicam o que é discutido por Camargo e Maués (2008), as consequências que a globalização e o neoliberalismo trouxeram para a área educacional, concentrando-se nos currículos, sob uma nova concepção de educação.

Essa nova concepção de educação, que envolve a evolução do processo de formação em saúde no mundo ocidental, que parte de práticas articuladoras de saberes e fazeres de forma interdisciplinar e que “se distanciem da hierarquia de poder instituída por modelos assistenciais curativistas” (UCHIMURA; BOSI, 2012, p. 157) e passa a exigir transformações curriculares nos cursos da área da saúde, de forma a construir o profissional capaz de atender a essas novas exigências sociais.

As transformações curriculares sofridas pelos cursos de Enfermagem no Brasil, em especial a partir dos anos de 1990, demonstram que esse processo vem se constituindo como norteador para essa área, uma vez que as legislações curriculares emitidas pelo Ministério da Educação se aproximam das necessidades do mundo do trabalho do Sistema Único de Saúde (SUS).

AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES DE 1994 E 2001 PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Ball (2001) afirma que as políticas nacionais são resultado de influências externas, em um movimento do externo ao interno, em que as propostas sofrem uma releitura e são reajustadas, retrabalhadas e aperfeiçoadas para o âmbito interno de cada país, em um movimento de recontextualização complexo e interdependente, relacionando o global e o local; o macro e o micro.

Dessa forma, orientações internacionais para a educação e a saúde foram reelaboradas para o caso brasileiro. Em 1988, através da Constituição Federal Brasileira, criou-se o SUS, buscando reorganizar a política de saúde (BRASIL, 2000).

Como principal ferramenta para suas ações, o SUS investiu nas equipes de Saúde da Família, operacionalizadas por equipes mínimas multiprofissionais, em que o enfermeiro é componente obrigatório. Essa equipe tem como missão desenvolver ações de atenção básica nas comunidades e são, geralmente, coordenadas pelo profissional enfermeiro (CONASS, 2006).

O governo brasileiro agiu para adaptar-se a uma política de saúde que investisse em promoção e prevenção, fruto de embates internos de diversos setores da sociedade, e que vinha ganhando repercussão nos debates internacionais (STARFIELD, 2004).

Nesse momento, tornava-se necessária uma política de educação superior que formasse um profissional enfermeiro capacitado para atuar nessa área.

Dessa forma, o Estado brasileiro procurou regular a educação superior do enfermeiro e o mundo de trabalho deste por meio de ações políticas articuladas entre os Ministérios da Educação e da Saúde para a formação de um enfermeiro que atendesse às novas necessidades desse setor, apontadas pela nova ordem mundial.

Em 1994, por meio do Parecer Nº 314 do Conselho Federal de Educação, homologado pela Portaria Nº 1.721, do Ministério da Educação, em 15/12/1994 (TEIXEIRA et al., 2006), reformulou-se o currículo mínimo dos cursos de graduação em Enfermagem, trazendo-lhe flexibilização, com mudança da carga horária, mas ainda sob uma perspectiva curativa (GALLEGUILLOS; OLIVEIRA, 2001).

No entanto, os cursos não tiveram muito tempo para adaptar-se a essa nova legislação, uma vez que os Ministérios da Educação e da Saúde articularam ações para a criação de outra proposta. E, por meio da Resolução CNE/CES nº 3, de 7/11/2001, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Enfermagem (DCENF) (BRASIL, 2001).

De acordo com as DCENF, o novo profissional enfermeiro deve ser multicompetente: uma combinação de competências e habilidades voltadas à atenção à saúde, à tomada de decisões, à comunicação, à liderança, à administração, ao gerenciamento e à educação permanente (BRASIL, 2001), conceitos muito próximos aos citados nas Conferências Mundiais sobre o Ensino Superior, de 1998 e 2008.

Ressalta-se que, na construção das legislações curriculares de 1994 e de 2001, houve embates travados entre diversos atores do cenário político, incluindo agentes do governo, entidades representativas dos enfermeiros, como a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) (BAGNATO; RODRIGUES, 2007; SAUPE, 1998).

Rodrigues (2005) entende como positiva a formação de profissionais da saúde para o SUS, uma vez que a política de saúde caminha no sentido de investimento na prevenção, devendo haver a mudança do perfil de formação de um profissional, antes embasada no foco curativo.

Nesse sentido, reforça-se a premissa de que a articulação entre as políticas de saúde e de educação tornou-se mais coesa a partir de 2001, como resultado de um longo processo de debates, envolvendo atores do setor da Enfermagem, dos movimentos sociais e dos representantes governamentais.

Essa relação estabelecida entre as políticas de saúde e de educação ocorre sob a perspectiva de um projeto de saúde que busca a universalização do atendimento, demonstrando-se mais democrático, mais inclusivo, desenvolvendo-se através do SUS.

Atento a todas essas mudanças, o curso de graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), criado em 1994, mediante necessidades de profissionais enfermeiros na região (MISSIO, 2001), implementou propostas curriculares embasadas nas legislações pertinentes. Sua primeira grande reformulação curricular deu origem ao Projeto político-pedagógico (PPP) do curso, em 1998, com o intuito de atender à legislação curricular de 1994 (UEMS, 2003).

Ao final de 2003, após discussões entre docentes, discentes e corpo técnico administrativo, organizou-se um novo PPP, que passou a ser utilizado a partir de 2004, seguindo as orientações das DCENF de 2001. Nesse projeto pedagógico, o curso de graduação em Enfermagem na UEMS assumiu uma postura inovadora, ao implementar a interdisciplinaridade por meio de um currículo integrado (UEMS, 2003).

Sendo os egressos importantes atores inseridos nesse processo, ressalta-se sua participação e acredita-se que análises importantes para as políticas de educação e de saúde podem ser engendradas a partir de suas percepções.

PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS

Os egressos vivem a experiência de interseção entre as políticas educacionais e de saúde, na medida em que se voltam para o mundo do trabalho. Dessa forma, buscou-se, na percepção dos egressos, a análise da interação entre as políticas de educação e de saúde na formação do enfermeiro.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou o levantamento bibliográfico a respeito do tema e a análise documental das legislações curriculares de 1994 e de 2001 para o curso de graduação em Enfermagem, além de documentos dos Ministérios da Educação e da Saúde inseridos nesse processo, bem como os projetos pedagógicos do curso de Enfermagem da UEMS. A pesquisa de campo foi realizada por meio de questionários e de grupo focal, tendo como suporte a análise de conteúdo.

Participaram deste trabalho os egressos da graduação em Enfermagem da UEMS, formados entre os anos de 2004 e 2009. Das seis turmas, três (2004, 2005 e 2006) foram formadas sob a legislação curricular de 1994 e três outras (2007, 2008 e 2009), de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Enfermagem, de 2001. Segundo a Divisão de Registro Acadêmico da UEMS, nesse período formaram-se 188 enfermeiros. Foram contatados para esta pesquisa 145 egressos, por meio de telefonemas, *e-mails*, redes sociais, como o *Orkut*, e visitas ao local de trabalho.

Os egressos que residiam na cidade de Dourados/MS, após o primeiro contato, receberam o questionário pessoalmente, momento em que eram orientados sobre os procedimentos da pesquisa e assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo o questionário sido recolhido alguns dias depois, respeitando a solicitação dos participantes. Para os egressos que não residiam na cidade, o questionário foi enviado eletronicamente, via *e-mail*, e o TCLE enviado via correio, com envelope selado para retorno.

Responderam e retornaram os questionários, em tempo hábil, 60 egressos. Houve participação de todas as turmas formadas no período em tela, na seguinte quantidade: 10 formados em 2004, 9 em 2005, 10 em 2006, 8 em 2007, 12 em 2008 e 11 em 2009. Após a aplicação dos questionários, iniciou-se a realização dos grupos focais, dos quais participaram 16 egressos, aqui denominados de E1, E2 até E10. Os grupos focais foram organizados de acordo com o PPP de formação, ou seja, participaram 6 egressos formados no período de

2004 a 2006 e 10 formados nos anos de 2007 a 2009⁴.

Os egressos pesquisados das turmas de 2004 a 2006 afirmaram que, enquanto acadêmicos, foram atores participantes do processo de construção do PPP de 2004 do curso de Enfermagem da UEMS, embora não tivessem tido discussões a respeito do PPP em que estavam sendo formados, o de 1998, conforme a fala de E 1: *“Ah, mas é porque estavam formando o novo, daí eles queriam saber o que tinha de problema [...] e daí que eles perguntaram para nós, a nossa opinião, mas para tentar para o novo projeto, não para o nosso”* (E 1).

De acordo com as DCENF de 2001, em seu artigo 9º, os cursos de graduação em Enfermagem devem construir seus projetos pedagógicos coletivamente, garantindo a participação dos diversos atores envolvidos no processo, entre eles, os acadêmicos (BRASIL, 2001).

O curso de Enfermagem da UEMS procurou atender a essa solicitação, conforme demonstrado no depoimento de E 10, propiciando ao aluno o desenvolvimento de maior responsabilidade e senso crítico a respeito de sua formação acadêmica: *“O debate [...] foi a respeito assim, da integração entre aluno, professor e os conteúdos que eram administrados”* (E 10).

Silva e Sena (2006), em pesquisa realizada com estudantes de um determinado curso de graduação em Enfermagem, observaram que a participação dos alunos na construção do PPP do curso possibilitou-lhes a participação ativa na construção de seu próprio conhecimento, despertando uma postura crítico-reflexiva e de maior maturidade com relação à sua formação.

As respostas dos questionários demonstraram que vários questionamentos e dificuldades encontrados pelos egressos do PPP de 1998 foram contemplados no PPP de 2004, demonstrando a preocupação dos docentes do curso não somente em atender às orientações das DCENF de 2001, adequando-se à legislação, mas também em corresponder às expectativas levantadas pelos acadêmicos durante a formulação do novo PPP. Como exemplo, pode-se citar a incorporação de maior carga horária para a saúde coletiva dentro da matriz curricular de 2004, correspondendo aos anseios dos egressos e à orientação da legislação curricular para os cursos de graduação em Enfermagem de 2001.

⁴ Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados, sob o Protocolo 47/2010 CEP/UFOD.

Soares (2008) ressalta que a participação da comunidade universitária, incluindo os acadêmicos, somente se efetiva quando os atores compartilham de todas as fases de formulação, implementação e avaliação do processo pedagógico. Observa-se, pelos relatos, que a possibilidade que os acadêmicos de Enfermagem tiveram de reivindicar melhorias no projeto estimulou-os durante seu processo de formação, quando foram ouvidos e reconhecidos como atores importantes do processo.

Os egressos formados pelo PPP de 1998, pautado na legislação curricular de 1994, afirmaram que não foram preparados de maneira satisfatória para a área de saúde coletiva, tendo sua formação um foco muito hospitalar, o que não atendia à solicitação de formação de um profissional enfermeiro embasado nos princípios e diretrizes do SUS.

O que dificulta o [...] trabalho, eu coloquei saúde pública, conhecimento sobre saúde pública, porque foi muito precário. A gente aprende trabalhando, no dia a dia que a gente vai aprendendo, você sai de lá muito “basicão”. Diferente da hospitalar, acho que a gente tem uma boa base hospitalar (E 3).

Para os egressos do PPP de 2004, a sua formação foi direcionada para a saúde coletiva, em que elementos positivos, como o desenvolvimento da comunicação e do trabalho em equipe foram adquiridos. “*Eu acho que esse projeto ele voltou mais, realmente, para enfermeiro em unidade básica, eu acredito que era mais isso...*” (E 7).

Entretanto, os egressos das turmas de 2007 a 2009 – mesmo aqueles formados há mais tempo, em 2007 – ressaltaram dificuldades em relação a determinadas técnicas inerentes ao profissional enfermeiro, especialmente às relacionadas ao ambiente hospitalar, com destaque para as específicas dos setores críticos como UTI e urgência, cuja carga horária destinada às atividades práticas é reduzida. “[...] *No caso UTI, que são as unidades críticas, a prestação de assistência ao paciente gravemente ferido, ao paciente clínico, ou o paciente politraumatizado. Então essas aulas aqui eu achei poucas, tanto a teoria, quanto as aulas práticas*” (E 10).

Observa-se que o curso adequou-se às orientações das DCENF de 2001, atendendo às solicitações de uma formação voltada ao SUS, além de adotar princípios pedagógicos inovadores, como a proposta de uma matriz curricular integrada. No entanto, as falas dos egressos apontam a necessidade de rever o ensino dos conteúdos relacionados à semiologia e o de unidades críticas.

Entendeu-se que a matriz curricular proposta pelo PPP de 2004 privilegia, em termos

de carga horária, os conteúdos de saúde coletiva, se comparados aos da área hospitalar. Todavia, há um ano letivo inteiro dedicado às questões hospitalares, além do estágio supervisionado desenvolvido no quarto ano, bem como a garantia de convênios realizados pela UEMS com os estabelecimentos hospitalares de atenção à saúde do município. Esses dados demonstram a preocupação do curso em não direcionar o ensino apenas para a atenção básica e revelam o intuito de propiciar ao acadêmico a perspectiva de integralização proposta pelo SUS.

As dificuldades relatadas pelos egressos a respeito do currículo integrado demonstraram que a mudança — no geral, brusca — de um modelo de ensino vivenciado na educação básica, no formato tradicional de organização curricular e de práticas pedagógicas, para a proposta de ensino do curso de Enfermagem da UEMS necessita de maiores discussões e estudos a respeito de matrizes curriculares integradas. Essa discussão deve envolver discentes e também docentes, para que a proposta se torne clara e coesa para todos os atores envolvidos.

Os egressos formados entre 2007 e 2009 destacaram como pontos fortes da proposta curricular de 2004 a perspectiva da integralidade e o estágio supervisionado, como afirma E 9:

Porque prepara para a questão hospitalar, a saúde pública, a questão do estágio prepara bem. O estágio supervisionado, eu acho muito importante. Eu acho legal [...] o currículo integrado, é legal, quando funcionar certinho, vai ser muito bom, porque na verdade é tudo integrado, você não pode olhar para um paciente, olhar para parte da anatomia, tem que ver o todo (E 9).

O estágio supervisionado foi criado a partir da legislação curricular de 1994, através do Parecer Nº 314 do Conselho Federal de Educação, homologado pela Portaria Nº 1.721, do Ministério da Educação, em 15/12/1994. Entretanto, o curso de graduação em Enfermagem da UEMS passou a adotá-lo a partir do PPP de 2004, desenvolvendo-o na quarta série, em unidades de saúde hospitalares e de saúde coletiva, com carga horária idêntica nas duas áreas.

Buriolla (2009, p. 13) entende que o estágio seja o *locus* de construção do perfil profissional do aluno, pois privilegia a vivência na realidade do serviço, interagindo com este, trazendo momentos de reflexão e crítica, na construção do futuro profissional, o que de fato foi ressaltado nas análises dos egressos.

Com relação à interdisciplinaridade, ponto referenciado nas diretrizes curriculares, corrobora-se o entendimento de Sena et al. (2003), quando afirmam que ela contribui para o processo de ensino- aprendizagem, especialmente na constituição de um novo paradigma para

o ensino, em especial em sua relação com o processo saúde-doença. Entretanto, a incorporação da interdisciplinaridade na educação apresenta-se como um processo gradual, sendo necessário tempo para tal, além de liberdade para sua aplicação. Os egressos explicitaram a complexidade da interdisciplinaridade, quando apontaram: *“legal, quando funcionar certinho”*.

Dessa forma, acredita-se que a participação dos diversos atores no processo traz enriquecimento para as transformações curriculares desencadeadas, que buscam consolidar-se na confluência das políticas de educação e de saúde na formação do enfermeiro, processo de construção coletiva, que envolve tanto políticas de saúde como políticas de educação.

De forma geral, pode-se inferir, pelos depoimentos dos egressos, que a formação do enfermeiro voltada para o atendimento básico ainda carece de maior articulação entre as instituições de educação superior e os órgãos gestores da área da saúde. Há necessidade de criar mecanismos de implementação das políticas integradoras da área da saúde e da educação para a formação desse novo perfil de enfermeiro requisitado pela sociedade a partir dos anos 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração do mundo do trabalho vem arquitetando-se de forma cada vez mais exigente e complexa, destacando profissionais competentes, habilidosos, com olhar crítico, criativo e inovador, o que exige transformações no processo formador do profissional, preparando-o para essa nova realidade.

Na intersecção resultante da relação entre as políticas de educação e de saúde, observa-se um movimento expresso nas modificações curriculares ocorridas em um contexto social e político, sob o desenho de uma nova proposta de sistema público de saúde que conflui para a formação de um enfermeiro preparado ao atendimento dessa nova realidade.

Nesse processo, diversos atores interagem, exercendo influências mútuas, de acordo com as estratégias elencadas. O egresso do curso de enfermagem constitui-se como importante ator nesse cenário, uma vez que passou pelo processo de formação inicial e encontra-se na inserção profissional ou encaminha-se para ela.

Dessa forma, este estudo, ao direcionar-se aos egressos de enfermagem, pode observar as relações estabelecidas por eles a respeito das modificações curriculares na área da educação, voltadas à formação do enfermeiro, na confluência das políticas de educação e de

saúde, a partir de suas experiências enquanto acadêmicos.

A possibilidade de participação nas transformações curriculares sofridas pelo curso, garantida durante a graduação, propiciou aos egressos crescimento e amadurecimento acerca de seu processo de formação, o que ressalta a importância da construção gradual e coletiva da proposta curricular.

Concluiu-se que são necessários constantes estudos acerca das propostas curriculares implementadas nos cursos de graduação — no caso, o curso de graduação em Enfermagem —, envolvendo docentes, discentes e também as instituições parceiras, no sentido de observar a existência de determinadas políticas conformando os currículos, no contexto brasileiro. Para o curso de graduação em Enfermagem citado nesta pesquisa, sugere-se que sejam mantidos os momentos de debates sobre o PPP, com o intuito de torná-lo cada vez mais claro e coeso, para todos os atores envolvidos no processo de formação do enfermeiro.

Inferiu-se que a matriz curricular do curso de Enfermagem da UEMS vem atendendo às orientações curriculares das DCENF de 2001, que se articulam estreitamente com a formação de enfermeiros capacitados para atender às necessidades da política de saúde atual. Além disso, os egressos, em sua maioria, destacaram como positiva a formação proposta pelo PPP de 2004, apesar das dificuldades já elencadas, mas ressaltaram que a integralidade e o estágio curricular supervisionado foram ganhos extremamente enriquecedores para suas formações como enfermeiros.

Este trabalho, considerando os limites de sua generalização, espera contribuir com as políticas educacionais, na medida em que suscita reflexões e debates e aponta novas discussões a respeito do tema, que vem ganhando novas dimensões, à medida que crescem as discussões sobre o movimento de conformações curriculares no contexto pós-anos 2000, em que a sociedade vem passando por processos de transformações, exigindo a formação de profissionais polivalentes.

REFERÊNCIAS

BAGNATO, Maria Helena Salgado; RODRIGUES, Rosa Maria. diretrizes curriculares da graduação de enfermagem: pensando contextos, mudanças e perspectivas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 60, n. 5, p. 507-512, set./out. 2007.

BALL, J. Stephen. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p.99-116, jul./dez. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa saúde da família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES Nº 3, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Enfermagem. **Diário Oficial da União**. Brasília, 9 de nov. 2001, Seção 1, p. 37.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009. CAMARGO, Arlete; MAUÉS, Olgaíses. As mudanças no mundo do trabalho e a formação dos profissionais da educação no contexto da LDB: o currículo em questão. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília. **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, v. 1, p. 215-234.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma da educação superior no Brasil nos anos 90: diretrizes, bases e ações. In: CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Org.). **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p 95-134.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR. **Tendências de educação superior para o século XXI**. Trad. Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves. Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR. **As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. Comunicado. 2009. Disponível em: <aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/31442.pdf>. Acesso em 16 de nov de 2010.

CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE SAÚDE – CONASS. **SUS: avanços e desafios**. Brasília: CNASS, 2006.

DEITOS, Maria Lúcia Melo de Souza. A formação do trabalhador num contexto de permanente mudança tecnológica. In: FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago; ZANARDINI, Isaura Monica Souza; DEITOS, Roberto Antonio (Org.). **Educação, políticas sociais e Estado o Brasil**. EDUNIOESTE: Curitiba: Fundação Araucária, 2008. p. 239-262.

DELLORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir** - relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. Brasília, DF, 1996.

GALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela Brassea; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos. A gênese e o desenvolvimento histórico do ensino de enfermagem no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem das USP**, v. 35, n. 1, p. 80-87, mar. 2001.

MISSIO, Lourdes. **Curso de Enfermagem da UEMS**: um estudo da primeira turma de egressos-1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, 2001.

ROBERTSON, Susan L. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPEd, v. 14, n. 42, p. 407-422, set./dez. 2009.

RODRIGUES, Rosa Maria. **Diretrizes curriculares para a graduação em enfermagem no Brasil**: Contexto, conteúdo e possibilidades para a formação. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2005.

SAUPE, Rosita. Ação e reflexão na formação do enfermeiro através dos tempos. In: _____ (Org.). **Educação em enfermagem**: da realidade construída à possibilidade em construção. Florianópolis: Ed. UFSC, 1998, p. 27-73.

STARFIELD, Barbara. **Atenção primária**: equilíbrio entre as necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO Brasil, Ministério da Saúde, 2004.

SILVA, Kênia Lara; SENA, Roseni Rosângela de. A educação de enfermagem: buscando a formação crítico-reflexiva e as competências profissionais. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 5, set/out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010411692006000500018&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 15 de novembro de 2010.

SOARES, Ana Maria Dantas. O projeto político-pedagógico e os cursos de graduação: limites e perspectivas. In: VASCONCELOS, Helena Corrêa de. (Org.). **Docência no ensino superior**: uma abordagem de uma experiência interdisciplinar. Seropédica: UFRRJ, 2008, p. 107-117.

SENA, Roseni Rosângela et al. Projeto Uni: cenário de aprender, pensar e construir a interdisciplinaridade na prática pedagógica da Enfermagem. **Interface**, Botucatu, v.7, n.13, p.79-90, 2003.

TEIXEIRA, Elizabeth et al. Trajetória e tendências dos cursos de enfermagem no Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 59, n. 4, p. 479-87, jul./ago. 2006.

UCHIMURA, Kátia Yumi; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Habilidades e competências entre trabalhadores da Estratégia Saúde da Família. **Interface**, Botucatu, v.16, n.40, p.149-160, jan./mar. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS. **Projeto político pedagógico do curso de Enfermagem**. Dourados: UEMS, 2003.

Como citar este artigo:

LOPES, Marcia Maria Ribera; REAL, Giselle Cristina Martins; BAGNATO, Maria Helena Salgado. A percepção de egressos sobre as transformações curriculares ocorridas no curso de graduação em enfermagem. **ETD – Educ. temat. digit.**, Campinas, SP, v.14, n.2, p.275-288, jul./dez. 2012. ISSN 1676-2592.